

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 24 DE AGOSTO A 14 DE SETEMBRO DE 1982
Nº 198 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

TRABALHADORES URBANOS

OPERÁRIOS DA COFERRAZ REALIZAM ATO PÚBLICO

Os empregados da metalúrgica Coferraz, de Santo André (SP), que há 7 meses aguardam uma solução para o atraso de salários da firma que faliu e fechou, realizaram um ato público ontem na Praça da Sé, em São Paulo, seguido de passeata pelas ruas do Centro até o teatro Municipal. "Nosso objetivo é denunciar à população as mentiras de que estão sendo vítimas os quase 1.800 trabalhadores da Coferraz", disse João Isídio, diretor do Sindicato de Metalúrgicos de Santo André, que coordenou o ato. Durante a manifestação, foi denunciada "a lerdeza" de uma solução por parte do governo. (FSP - 27/8/82)

METALÚRGICOS DA MONARK PARAM

Os metalúrgicos da fábrica de bicicleta Monark entraram em greve ontem em protesto contra a dispensa de 100 trabalhadores segunda-feira. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os 3 mil 500 funcionários da empresa estão parados. A diretoria da Monark se recusou a dar qualquer informação sobre o movimento. Os metalúrgicos pretendem obter da empresa o reconhecimento da comissão de fábrica e a readmissão dos funcionários despedidos. (JB - 1/9/82)

METALÚRGICOS DA COLUMBIA

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo iniciou negociações ontem com a direção da fábrica de persianas Columbia, a fim de tentar a readmissão de aproximadamente cem funcionários, demitidos no decorrer desta semana. A informação foi dada por diretores da entidade profissional, após realizarem manifestações nas proximidades da empresa. Segundo os mesmos diretores, a Columbia já havia feito acordo com o sindicato, pelo qual se comprometia a não dispensar os trabalhadores. Agora, o órgão profissional pretende que a empresa pague indenização adicional para os que não forem reintegrados. (ESP - 28/8/82)

COSIPA SE COMPROMETE A CONTER DEMISSÕES

Representantes da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) e do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos concluíram ontem um acordo que, entre outros itens, estabelece que a empresa manterá, a partir deste mês, "o nível normal de demissões decorrentes exclusivamente da rotação natural da mão-de-obra". Segundo comunicado divulgado pela gerência de comunicações da siderúrgica, a empresa criará um comitê de pessoal para analisar e decidir sobre os pedidos de demissões apresentados pelas chefias, excluindo os casos de dispensa por justa causa ou a pedido do interessado. (FSP - 2/9/82)

CAMARGO CORREIA NÃO QUER INDENIZAR

A construtora Camargo Correa e as subempreiteiras, que estão construindo a hidrelétrica de Tucuruí, não estão dispostas a pagar a indenização prevista na lei salarial aos empregados que estão demitindo, segundo informou uma fonte do Ministério do Trabalho. Elas alegam que pelo fato de estarem demitindo os seus empregados 60 dias antes do próximo reajuste salarial da categoria, que é 1º de novembro, não estão obrigadas a pagar a indenização de um salário extra, como prevê a legislação em vi-

gor. Pela atual lei salarial, todo empregado demitido 30 dias antes da sua data-base tem direito a um salário extra de indenização. Para conta gem deste tempo deve levar-se em conta o período de 30 dias do aviso prévio, quer o assalariado trabalhe ou não neste período, conforme a ju risprudência firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho. Deste modo, to dos os demitidos de Tucuruí a partir de 1º de setembro terão direito a esse salário extra. (FSP - 4/9/82)

METALÚRGICOS ABRIRÃO CAMPANHA SALARIAL

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo esteve ontem muito movimentado, com todos os diretores seguindo para portas de fábricas, nos diferentes setores do mapa administrativo da entidade sindical, em que a ci dade foi dividida. Motivo: os dirigentes sindicais metalúrgicos querem realizar, no próximo dia 17, a maior assembléia dos últimos tempos, a brindo oficialmente a campanha salarial da categoria, cuja data-base é 1º de novembro. (ESP - 14/9/82)

PRÓ-CUT TEM AGORA 68 INTEGRANTES

A Comissão Nacional Pró-Cut (Central Única de Trabalhadores), cuja principal função é organizar o próximo congresso das classes trabalhadoras (Conclat), terá a partir de agora 68 representantes estaduais - e não 56 representantes, como até agora. Com essa decisão, tomada no encontro encerrado ontem em Brasília, São Paulo tem direito a oito delegados; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a seis; Minas Gerais, a cinco; e Ba hia, a quatro. Os demais Estados têm direito a dois representantes cada. A proposta foi aprovada ontem no encontro da Comissão Pró-Cut, depois de algumas divergências que provocaram a retirada de parte das delegações de São Paulo, Ceará, Pará e Goiás. (FSP - 13/9/82)

NOVA LISTA NEGRA

Cento e vinte sindicatos gaúchos - com cerca de 300 mil associados - iniciaram a distribuição maciça da "lista negra" elaborada em Brasília, pela Federação Nacional de Trabalhadores, desaconselhando o voto a 16 deputados federais do Rio Grande do Sul (dois do PDT e 14 do PDS) - inclusive o ex-Ministro da Previdência e candidato a governador, Jair Soares - que não compareceram ao Congresso, no dia 15 de junho, possibilitando a aprovação do projeto de reforma da Previdência por decurso de prazo. (JB - 1/9/82)

MAGISTÉRIO FAZ GREVE NO PARANÁ

Os 45 mil professores da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus do Pa raná decidiram ignorar as ameaças do governo do Estado e vão entrar em greve amanhã, por tempo indeterminado, reivindicando aumento de 45% nos atuais vencimentos, com vigência a partir de 1º de agosto, reajustes se mestrais e pagamento do 13º salário. O governo do Estado, que concordou em dar um reajuste de apenas 20%, divulgou anteontem uma nota em todos os jornais e emissoras de rádio e televisão alertando que os professores que aderirem à greve poderão ser suspensos ou demitidos e seus líde res enquadrados na LSN. (ESP - 7/9/82)

GOVERNO ACIONA PF CONTRA GREVISTAS

Cumprindo o que prometera, o governo do Paraná pediu ontem à Polícia Fe deral que identifique os líderes dos 45 mil professores de 1º e 2º grau em greve há dois dias. "A greve é um crime grave e um desafio à estrutu

ra jurídica da Nação" - proclama a nota oficial distribuída pelo Palácio Iguaçu, em Curitiba. Segundo a Associação dos Professores do Paraná o movimento foi ampliado ontem. Em Curitiba e nas principais cidades do Interior, pelo menos 90% dos professores teriam aderido à paralisação, enquanto a Secretaria da Educação reduz esse número para apenas 10%. Em Londrina, a reação foi de ironia. "O governo aciona a Polícia Federal por saber que a estadual está do nosso lado, lutando pelas mesmas melhorias salariais que reivindicamos." A última greve dos professores paranaenses durou dois meses. (ESP - 10/9/82)

TRABALHADORES RURAIS

'MINISTÉRIO DA TERRA NASCE COM PRECONCEITO'

Num longo documento de análise sobre todos os órgãos criados no Brasil para solucionar o problema agrário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) diz que o Ministério da Terra já nasceu com posição preconceituosa contra a reforma agrária. "A declaração do novo ministro (Danilo Venturini), de que não deseja ser considerado ministro da reforma agrária, é recebida como uma atitude preconceituosa e que reflete uma posição pré-assumida contra a reforma agrária". O documento da Contag assinala que a partir dessa posição fica demonstrado que "distorções vão ser praticadas e que serão adotadas medidas apenas parciais, nem sempre voltadas para o interesse dos trabalhadores rurais". "Não consideramos possível a solução do problema fundiário através da titulação de terras públicas em favor de grandes proprietários - prossegue o documento -; da utilização de terras devolutas e da expansão da fronteira agrícola em favorecimento, também, de grandes grupos; do estímulo a projetos privados de colonização; e, ainda, através de uma pretensa atualização da legislação agrária. Entende a Contag estar o governo munido de instrumentos legais já suficientes para a implantação da reforma agrária, faltando-lhe, tão-somente, visão política para sua efetivação." (FSP - 11/9/82)

COLONOS VÃO A MINISTRO DA TERRA

Unidas através do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná - Mastro -, perto de seis mil famílias de colonos decidiram, em assembléia realizada no final da semana, em Medianeira, pedir audiência com o ministro da Terra, para exigir uma solução imediata para os problemas que enfrentam no Estado. Os agricultores ameaçam iniciar diversas formas de pressão, que incluem um acampamento diante do Palácio do governo e até invasões de fazendas da região consideradas improdutivas. Essas famílias foram expulsas das terras onde trabalhavam, em sete municípios do Oeste paranaense, por falta de recursos para renovar contratos de arrendamento ou mesmo adquirir essas terras. As reivindicações do movimento são, basicamente, as seguintes: compra de terras no próprio Estado do Paraná; concessão de crédito fundiário; extinção total da fração mínima de parcelamento (estabelecida recentemente em três hectares) e criação da lei do "módulo máximo". (ESP - 31/8/82)

RELATÓRIO DA CPT

O secretário-geral da CNBB entregou ontem ao ministro da Justiça um relatório preparado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT - apontando 93 conflitos pela posse da terra em todo o País durante o primeiro semes-

tre. "Estes fatos comentou d. Luciano vêm confirmar a urgência de uma revisão completa da situação fundiária, uma vez que só uma atuação eficaz, que assegure a repartição de terras e condições de vida dignas para o pequeno lavrador, poderá superar a ganância de alguns, geradora de conflitos." O documento da CPT inclui uma lista de 23 pessoas mortas nesses conflitos: 17 lavradores, três posseiros, um advogado, um peão e um delegado sindical. Após o seu encontro com o ministro da Justiça, d. Luciano declarou que o novo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários deve promover uma revisão fundiária. "O conflito social - disse o secretário-geral da CNBB - não deve ser a ocasião extrema de uma desapropriação de terra. Mas a justa repartição da terra e a promoção necessária do lavrador é que devem ser a solução para evitar, na raiz, os conflitos sociais." (ESP - 9/9/82)

TRABALHADORES RURAIS APELAM POR POSSEIROS

Uma comissão de trabalhadores rurais da região de Ibotirama, no Al^o São Francisco baiano, denunciou ontem, em Salvador, o clima de tensão na área, que provocou a prisão de quatro posseiros e ameaças de morte contra 40 famílias de posseiros, os quais disputam na Justiça três mil hectares de terras com três fazendeiros. Os trabalhadores disseram na Fetag que a ação tramita na Justiça há três anos e enquanto isso algumas famílias, não resistindo à fome, ocuparam as roças. Em represália, os fazendeiros teriam ordenado a prisão dos quatro posseiros. Ainda de acordo com os representantes dos Sindicatos de trabalhadores rurais daquela região, o "rãbula" Minervino de Souza Santos, político do PMDB, falsificou documentos de terra dos lavradores em favor dos fazendeiros José Antunes, Álvaro Gomes de Oliveira e Felismina Xavier Mouzinho. Eles disseram também que os posseiros vivem no lugar há mais de 30 anos. (ESP - 24/8/82)

DEPUTADO DENUNCIA GRILAGEM EM SP

O deputado José Yunes (PMDB) denunciou ontem, no plenário da Assembleia, que 30 famílias do bairro do Lajeado, em Registro, no Vale do Ribeira, estão sendo ameaçadas para deixar os 500 alqueires de terra que cultivam, embora estejam cadastradas no Incra e registradas na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado. Criticando a continuidade da grilagem de terras em um Estado como São Paulo, o deputado disse que as ameaças partem de José Lopes de Almeida. (ESP - 3/9/82)

EM TUCURUÍ, 400 COLONOS PLEITEIAM INDENIZAÇÃO JUSTA

Cerca de 400 lavradores montaram acampamento em frente ao escritório da Eletronorte em Tucuruí (PA), para reivindicar indenizações justas para suas terras, que foram desapropriadas e serão inundadas pela hidrelétrica de Tucuruí. A informação é do bispo de Cametá, dom João Chaves, que denunciou uma série de irregularidades no pagamento das indenizações. Há por exemplo, segundo o bispo, casos em que a Eletronorte está pagando apenas 500 cruzeiros e outros em que os lavradores são obrigados a assinar papéis em branco para a empresa preencher depois. Na área destinada ao futuro reservatório da hidrelétrica moram aproximadamente quatro mil famílias. (FSP - 10/9/82)

INVASÃO DE FLAGELADOS NO CEARÁ

Trabalhadores desempregados e vítimas da seca voltaram a invadir, ontem, mais dois municípios cearenses em busca de alimentos. A primeira invasão ocorreu no município de Icó, a 360 quilômetros da Capital, onde

cerca de 1.500 flagelados, entre homens e mulheres, ameaçaram saquear armazéns e pontos de merenda escolar. Na região sudoeste do Estado, o município de Independência, distante 412 quilômetros de Fortaleza, também registrou uma invasão, seguida de tentativa de saque a armazéns por cerca de 200 flagelados. Tanto em Independência como em Icó, a situação foi contornada com o auxílio da polícia e a distribuição de pequenas porções de arroz. (ESP - 1/9/82)

ÍNDIOS

DENUNCIADA INVASÃO DE RESERVA DOS IANOMAMIS

A área indígena Ianomami, interditada em março passado pelo ministro do Interior, está sendo invadida por milhares de garimpeiros. A denúncia foi feita ontem pela coordenadora da Comissão de Criação do Parque Ianomami, Cláudia Andujar. Afirma a coordenadora que a invasão está sendo estimulada pelos candidatos a deputado federal do PDS e PMDB de Roraima. Com 7,7 milhões de hectares, a região interditada estende-se pela fronteira do Brasil com a Venezuela, em Roraima e parte do Estado do Amazonas. No limite Norte, os garimpeiros entram no território indígena pela Serra de Urutanim, a partir da Venezuela. Segundo Cláudia Andujar, o Batalhão do Exército de Fronteira (BEF) já instalou dois destacamentos no limite Norte, em Urutanim e Auaris, "mas até com o destacamento - afirma - está sendo difícil controlar a invasão". (FSP - 11/9/82)

A FUNAI E A ÁREA PATAXÓ

O presidente da Funai declarou, ontem, em Brasília, que a área de 37 mil hectares que está sendo reivindicada por fazendeiros e posseiros no extremo Sul da Bahia, com o apoio do governo do Estado, "é habitat imemorial dos índios pataxó e foi demarcada em 1937 pelo Estado da Bahia e o então Ministério da Guerra". Moreira Leal desmentiu informação de que estivesse sofrendo pressões do Ministério do Interior para remover os indígenas da área habitada por 396 pessoas não índias. Na quarta-feira, a Funai apresentou proposta de acordo na 3ª Vara de seção judiciária da Bahia, na qual os índios concordavam em ficar com apenas 6.500 hectares da área em litígio, liberando o restante para os atuais ocupantes. Os 29.500 hectares seriam então devolvidos à União para repasse ao Estado baiano, que não concordou com a sugestão, defendendo a remoção dos índios para a reserva ecológica de 2.200 hectares existentes em Wenceslau Guimarães, também ao Sul da Bahia. (ESP - 10/9/82)

ÍNDIOS PATAXÓ RECUSAM PROPOSTA DE DOAR TERRAS

Representantes dos índios pataxó negaram ontem informação do presidente da Funai, de que haviam concordado em abrir mão de 29.500 hectares de terras pertencentes à tribo no Extremo Sul da Bahia, ficando com apenas 6.500 hectares da área que atualmente está ocupada por fazendeiros e posseiros. Desse modo, disseram que vão permanecer na área reivindicando a reintegração dos 37 mil hectares que pertencem à tribo e que foram arrendados pelo Estado da Bahia. Para isso, vão pedir o apoio do ministro do Interior, do ministro para Assuntos Fundiários, e até mesmo do presidente da República. A Funai, segundo o representante dos pataxó, Higino Francisco, em nenhum momento consultou a tribo sobre a proposta que apresentou na Justiça da Bahia, dizendo que concordavam em ficar com apenas 6.500 hectares. Depois de examinar a questão, os índios che-

~~garam à conclusão de que não devem abandonar suas terras nem mesmo temporariamente.~~ Segundo o índio Samado, que participou da reunião com o presidente da Funai, o coronel pediu-lhes que saíssem da área em litígio até as eleições, garantindo que depois de 15 de novembro eles seriam reconduzidos. "Mas não vamos sair - afirmou - porque queremos o mesmo quadro de levantamento da medição de Getúlio Vargas." (Época em que foi feita a demarcação da terra indígena.) (ESP - 12/9/82)

TRABALHO ESCRAVO NO ACRE

Oito representantes de tribos do Acre entregaram ontem ao presidente da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - um documento pedindo o apoio da entidade para os problemas fundiários que os índios enfrentam nesse Estado e denunciando a existência de trabalho semi-escravo na região. Segundo eles, indígenas têm recebido litros de caça de alguns fazendeiros, como pagamento por trabalhos que realizam em fazendas. (ESP - 14/9/82)

INDÍGENAS QUEREM PORCENTAGEM SOBRE OURO

O Garimpo de Cumaru, no município de Conceição do Araguaia, situado junto à Reserva Gorotire, depois de Serra Pelada é o maior do Sul do Pará. Já proporcionou aos índios kaiapó, do grupo do Capitão Pombo - o mais próximo da lavra - Cr\$ 3 milhões 512 mil 510, de agosto de 1981 a junho passado, relativo a 1% do Imposto sobre Operação Mineral. Agora, outros quatro grupos que também vivem na reserva - kuben-kran-keng, kokraimuro, menkranotire e kararaô - desejam receber sua parte e a Funai não sabe o que fazer: se divide o montante entre os cinco grupos ou dá quantia semelhante aos demais. (JB - 29/8/82)

MOVIMENTOS POPULARES

INVASORES DO CENTREVILLE RECEBEM AS NOTIFICAÇÕES

O oficial de Justiça José Joaquim Veiga não enfrentou nenhuma dificuldade ou problema ontem, no primeiro dia de suas diligências, iniciando o processo de notificação das 315 famílias que em julho invadiram o conjunto residencial Centreville, de Santo André (SP). Acompanhado por membros da comissão de invasores, Veiga visitou algumas famílias, comunicando-as, verbalmente, sobre o prazo de dez dias que terão para desocupar os imóveis. Os moradores, por sua vez, voltaram a realizar assembleia no final da tarde, reafirmando que a orientação é para que ninguém dificulte a diligência do oficial de Justiça. Segundo cálculos da comissão, o trabalho de notificação deverá demorar mais de dez dias, já que, ontem, apenas cerca de 30 famílias devem ter sido notificadas. Às 15 horas de hoje, aproximadamente cem moradores estarão na Assembleia Legislativa, em São Paulo, para uma reunião com as lideranças dos partidos políticos, quando tentarão "forçar uma posição dessas lideranças sobre a carta encaminhada à Caixa Econômica, pedindo que as casas sejam negociadas a preços populares". (ESP - 1/9/82)

OBRAS AMEAÇAM FAVELA

Obras de terraplenagem que estão sendo realizadas no terreno da favela União, em Diadema (SP), ameaçam 45 famílias que residem no local e que

se negam a abandoná-lo porque a área em questão encontra-se sub judice. O movimento de defesa dos favelados do ABC está tentando embargar as obras, com base em processo aberto pela própria entidade, alegando que "as pessoas que se dizem proprietárias do terreno na verdade não o são", conforme explica o advogado Paulo Afonso Silva. "Para justificar a posse da terra, José Antônio Fragoas Zuffo e Hamilton Dias de Souza apresentam uma demarcação da propriedade, que não prova que realmente é aquele o terreno deles. Por isso abrimos o processo mas, mesmo assim, eles conseguiram autorização para as obras de terraplenagem, que foram iniciadas no último dia 9" - explica Paulo Afonso. Nove entidades do ABC promoveram um ato público de protesto e esclarecimento no local, na tarde de domingo, ao qual compareceram cerca de 250 pessoas. "Os tratores já arrancaram 168 bananeiras e vários canteiros de verduras que nós próprios plantamos" - explicam os moradores, destacando que agora eles correm risco de ficar sem água, além de verem a segurança de seus próprios barracos ameaçada. (ESP - 31/8/82)

OAB LANÇA CARTILHA A FAVELADOS

Em memória de sua secretária, dona Lyda Monteiro da Silva, vítima do terrorismo, a Ordem dos Advogados do Brasil lançou as cartilhas de "orientação legal preventiva aos necessitados", que serão distribuídas nas favelas do Rio, durante a sessão solene para lembrar o 2º ano do atentado. O filho de dona Lyda estará presente em todas as ocasiões em que se fizer a distribuição. O presidente do Conselho Federal da OAB, explicou que isto "é para mostrar que as cartilhas não têm cunho político-partidário". Apresentada em dois livretos ilustrados pelo cartunista Jaguar, as cartilhas dão noções de Direito Civil, Penal e de Trabalho em linguagem clara. Serão distribuídas, em primeiro lugar, na Rocinha e na Cidade de Deus. (JB - 28/8/82)

IGREJA

A FALSIFICAÇÃO DO "O SÃO PAULO"

"Quando percebi que avançava, cada vez mais na contestação à própria essência do catolicismo, sem pudor nem cautela, abarcando uma concepção da vida e do mundo estritamente materialista, a luz do Divino Espírito Santo iluminou-me a fronte, chamou-me à razão, tirou-me dos pantanais da calúnia, do ódio, da ofensa impiedosa, afastou-me dos gritos e here-sias dos possesores, trazendo-me de volta à grandeza infinita de Cristo." Essa afirmação, atribuída ao cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, consta de uma edição totalmente falsificada do jornal "O São Paulo", da Arquidiocese de São Paulo, que está sendo distribuída em várias paróquias da Capital. Nelas seus autores, não identifi-cados, põem na boca do cardeal uma longa mensagem que, diz o texto, "re-presenta um "mea culpa" por tudo aquilo que vem acontecendo de errado na Igreja do nosso tempo". O falso "O São Paulo", que é muito parecido graficamente com o original, denuncia em todas as suas páginas a "sub-versão crescente na Igreja" (sic) e, apresenta até um "Decálogo para rastrear a besta-fera", alertando que "a besta-fer~~a~~ tanto pode ser o co-munista, o socialista, como o democrata, pois o inimigo não se prende à semântica, antes, dela também se serve". (FSP - 24/8/82)

PANFLETO FALSO

Um panfleto intitulado "Clero Vermelho", falsamente atribuído ao bispo da cidade de Juazeiro, d. José Rodrigues, está sendo distribuído por diversas cidades do Interior baiano desde a semana passada, convocando os posseiros e trabalhadores rurais a invadir terras e a fazer Justiça contra os grileiros com as próprias mãos, com o poder "da foice e do martelo". O panfleto sugere ainda uma ligação "do clero vermelho" com o Partido dos Trabalhadores. O bispo de Juazeiro, em pronunciamento transmitido ontem por duas emissoras de rádio da região, responsabilizou "grupos de extrema direita que temem perder os privilégios após as eleições", pela falsificação. Os mesmos, segundo ele, que falsificaram o jornal O São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo, o boletim da CNBB e uma cartilha da Arquidiocese do Rio de Janeiro. (ESP - 14/9/82)

PASTOR É CONDENADO PELA LSN

Num julgamento que durou quase 11 horas, o Pastor Metodista, Orvandil Moreira Barbosa, candidato a vereador pelo PMDB à Câmara de Santa Maria, foi condenado ontem a 2 anos de reclusão e a 6 meses de detenção. Orvandil foi o primeiro Pastor Metodista a ser enquadrado e condenado pela LSN. Foi acusado de incitar às Forças Armadas e de ofender as instituições constituídas. Seu advogado, Roberto Armando de Aguiar, anunciou que recorrerá da decisão dentro de cinco dias. Pela própria LSN, enquanto o recurso não for julgado, o Pastor permanecerá em liberdade. O crime de Orvandil foi o de vender o jornal Hora do Povo, do MR-8, nas ruas de Santa Maria, anunciando por um megafone as manchetes de críticas ao regime. (JB - 28/8/82)

MAIS UM PADRE ENQUADRADO

Depois de estar residindo e responsável pela paróquia de Cassilândia (MS), por quase oito anos, o Padre John Pace foi chamado a prestar informações sobre suas atividades e, além de ser enquadrado na Lei dos Estrangeiros, foi multado em Cr\$ 31 mil. Um boletim da diocese de Três Lagoas, assinado pelo Bispo D. Isidoro Kosinski, deu ciência do fato aos "cristãos da diocese de Três Lagoas". Membros da diocese de Três Lagoas e religiosos de todas as regiões do Estado entendem que o pedido de depoimento do vigário não se resume simplesmente em obedecer ao texto do Estatuto dos Estrangeiros, mas também como uma forma de perseguição ao padre que, cinco dias após a transferência de colonos de Itaquiraí para uma localidade denominada São Pedro do Apaporé, juntamente com membros da Comissão Pastoral da Terra, visitou o acampamento das 64 famílias e organizou uma campanha para arrecadação de gêneros alimentícios necessários para a sobrevivência dos acampados. (JB - 1/9/82)

BISPOS ESPERAM ABSOLVIÇÃO DOS PADRES NO STM

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem acreditar que o Superior Tribunal Militar (STM) desclassifique da Lei de Segurança Nacional o crime atribuído aos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. "Continuo acreditando na Justiça e em particular no julgamento do STM, que há de desclassificar o caso, uma vez que não pertence à segurança nacional", disse dom Luciano, acrescentando confiar que será reconhecida "a inocência dos padres e a gravidade e a urgência de solução para problemas fundiários do Araguaia". (FSP - 8/9/82)

POLÍTICA NACIONAL

EM VIGOR A "LEI FALCÃO": SEM ALTERAÇÕES

Entra em vigor hoje, e se estende até dois dias antes das eleições de 15 de novembro, a Lei Falcão - lei 6.339, de 1976 -, que regula a propaganda eleitoral gratuita através das emissoras de rádio e televisão. Com isso, não mais serão permitidos debates entre candidatos, como ocorreu até ontem. Pela Lei Falcão, as emissoras somente podem divulgar a legenda, o nome do candidato, seu currículo, fotografia e número de registro. É permitida ainda a divulgação dos horários e locais de comícios. Na abertura e encerramento dos programas, admite-se apenas músicas sem letra como fundo. Todas as emissoras são obrigadas a reservar duas horas diárias de sua programação normal à propaganda eleitoral gratuita: uma entre 13 e 18 horas, e a outra entre 20 e 23 horas, distribuídas por doze emissões de cinco minutos cada, que não podem ser fracionadas em períodos maiores ou menores. O tempo deve, ainda, ser dividido equitativamente entre todos os partidos. (FSP - 14/9/82)

UM ÚNICO VOTO IMPEDE MUDANÇA NA LEI FALCÃO

O voto do único deputado do PDS presente à sessão de ontem na Câmara - o partido tem 225 representantes -, o deputado Djalma Bessa (PDS-BA), foi suficiente para evitar a aprovação do projeto do deputado João Faustino (PDS-RN) que assegura aos candidatos o uso amplo do rádio e da televisão em sua propaganda eleitoral, bem como a transmissão de palestras, congressos ou sessões públicas dos partidos, gratuitamente. Ao ser colocado em discussão o projeto pelo deputado Freitas Nobre (PMDB-SP), 2º vice-presidente da mesa, o deputado Djalma Bessa, que ocupava a liderança do PDS, pediu o adiamento do projeto por cinco sessões, um recurso regimental sempre usado pela maioria. Os protestos do líder em exercício do PMDB, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) de nada valeram, e o adiamento foi decidido pelo voto do líder. A sessão da Câmara acentuou ainda mais o esvaziamento do Congresso na atual fase da campanha eleitoral, tendo sido aberta com a presença de três deputados. O projeto do deputado João Faustino está tramitando na Câmara desde 1979, e só ontem chegou ao plenário para votação. Ele modifica a chamada Lei Falcão para permitir que os candidatos a governador, senador, deputados federais e estaduais e prefeitos, estes últimos em cidades com mais de 100 mil habitantes, possam fazer uso amplo da televisão e do rádio em suas campanhas, cabendo aos demais candidatos - vereadores e prefeitos de cidades com menos de 100 mil habitantes, o uso apenas dos programas da Justiça Eleitoral, nos 90 dias que antecedem as eleições. (FSP - 10/9/82)

PT DECIDE RECORRER À JUSTIÇA CONTRA CÉDULA

Depois de dois dias de reunião de sua comissão executiva e dos membros do diretório nacional, o PT decidiu recorrer à Justiça contra a cédula eleitoral proposta pelo Governo e aprovada pelo PDS e parte da Oposição, e, também contra a continuidade, no período de vigência da Lei Falcão, da apresentação do programa O Povo e o Presidente, na Rede Globo de Televisão. O PT considera a cédula eleitoral inconstitucional, porque o Governo a colocou para apreciação do Congresso depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já havia elaborado outra cédula. O líder do PT explicou que o Partido não pretende retirar do ar o programa O Povo e o Presidente. Ao recorrer a Justiça, pleiteia, invocando a Lei de Imprensa, o direito de resposta, isto é, que seja dado ao partido de Lu

la, como parte das oposições, o direito de resposta às críticas que o Presidente da República faz à Oposição. (JB - 7/9/82)

OUTRAS

NEGROS ENCERRAM ENCONTRO

Terminou ontem o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, no teatro da Pontifícia Universidade Católica em São Paulo. Durante uma semana, representantes de países da América Latina, América do Norte, África e Brasil denunciaram as diversas formas de discriminação de que são vítimas e apresentaram trabalhos. Ficou estabelecida a criação de um organismo político internacional do negro, respeitando as características próprias a cada país. Para o presidente deste encontro, professor Abdias Nascimento, a decisão é fundamental para o desenvolvimento da luta, uma vez que exigirá mobilização dos diversos movimentos negros de cada país. "No Brasil não será difícil implantá-lo, já que aqui existem vários movimentos. Entre as várias propostas aprovadas pelo grupo estão a criação de centros de pesquisa afro-americanos, a orientação de bibliografia sobre o negro, no sentido de situar sua luta no contexto político e social; que se considere os blocos de afoxé e a música "reggae" como uma identificação cultural negra e resistência de sua cultura e, também, que manifestações religiosas como o candomblé não sejam vistas como "folclore" pelo Ministério da Educação e Cultura. (FSP - 28/8/82)

CAI EM 12,65% O ÍNDICE DE OFERTA DE EMPREGO NO RIO

O índice de oferta de empregos caiu 12,65% no Rio de Janeiro, em julho, apesar de a oferta geral com relação ao mesmo mês no ano anterior ter aumentado nas 10 principais regiões metropolitanas do país, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho. Quatro capitais apresentaram índices negativos: São Paulo (-2,93%), Rio de Janeiro (-2,74%), Recife (-2,56%) e Belo Horizonte (-0,67%). O índice de rotatividade se manteve relativamente alto nas 10 Capitais (entre 3% e 4%), com maior incidência na construção civil e comércio. (JB - 14/9/82)

CARTA DO LEITOR

CARTA DOS PADRES ARISTIDES E FRANCISCO PARA O POVO DA DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Queridos irmãos

Estamos completando dez meses de cadeia. Sabemos que vocês sofrem tanto quanto nós por causa dessa situação, porque são conscientes de que é o trabalho de suas comunidades, de todos vocês - Igreja de Conceição - que é visado através dessa medida repressiva e dessas condenações que acabam de cair em cima de nós. Teríamos gostado poder nos encontrar com cada um de vocês, mas a única comunicação possível é a carta já que cancelaram as visitas para impedir a vocês, que vieram para o julgamento, nos visitar e conversar conosco. Sabemos também que durante esses dez meses passados vocês demonstraram o seu carinho para conosco, quer nas comunidades pelas celebrações de solidariedade e pelas orações, quer pe

~~las cartas que nos mandaram ou as visitas que nos fizeram lá em Brasília~~ ou aqui em Belém. Sabemos enfim que todos vocês teriam gostado de fazer a viagem para nos encontrar pessoalmente, mas a distância e o preço do transporte não o permitiram. Queremos portanto expressar aqui nos sa gratidão e nossos agradecimentos a cada uma das comunidades e a cada um de vocês, irmãos e companheiros queridos da Diocese de Conceição. A Igreja de Deus que está em Conceição, vem sofrendo desde alguns anos perseguições de todo tipo. Em 1976 ela foi o alvo de calúnias e de uma repressão bastante severa na pessoa do Bispo D. Estevão, de alguns Padres, de Agentes de Pastoral e comunidades do Baixo Araguaia. Em 1980 tiraram a vida de um dos Agentes de Pastoral, o GRINGO, que alguns, inclusive autoridades, tentaram desmoralizar e apresentar como um qualquer vagabundo, enquanto vocês lhe prestavam a devida homenagem. Em 1981, pelo fechamento da Rádio Educadora - meio de comunicação independente ao qual vocês tinham direito -, e pela nossa prisão, os perseguidores visaram castigar a igreja de Conceição por se ter colocado ao lado de vocês, sobretudo no seu desejo e no seu direito de organizar um sindicato livre e independente, como proclama claramente João Paulo II na sua última encíclica sobre o trabalho humano. E durante todos esses anos quantas perseguições e humilhações vocês sofreram ao tentarem proteger o seu pedaço de chão indispensável para a sua subsistência e a de sua família! Quantas mortes de nossos companheiros! Quantos despejos vergonhosos! E no ano passado a nossa Igreja foi submetida a mais uma prova: primeiro a doença do nosso querido pastor D. José, que apesar das dificuldades sabe mostrar firmeza na fé e fidelidade a sua missão, e depois a morte de D. Luiz Palha, nosso antigo apóstolo do Araguaia, mais todas essas perseguições e essas provas não devem nos levar ao desânimo nem nos afastar de Cristo como disse São Paulo: "Nem os perigos, nem as perseguições, nem a morte nos podem apartar de Cristo", nos podem afastar do anúncio do Evangelho de Cristo. Durante todos esses meses nossa força e nossa serenidade vieram do Divino Espírito Santo que vocês em suas orações pediram ao Pai. Mas vieram também da firmeza que vocês demonstraram em suas comunidades. A força de vocês é nossa força. A firmeza de vocês nos anima e nos dá coragem. Portanto lhes pedimos que não esmoreçam, fiquem fiéis às linhas pastorais que vocês mesmos es colheram em assembleia, estejam sempre unidos ao redor dos seus líderes, agentes de pastoral e vigários. Pedimos em fim a todos vocês, em nome do Senhor Jesus, que apoiem sempre o nosso bispo D. José, por sua coragem e firmeza nas dificuldades ele é digno de toda nossa confiança, pe atenção e solicitude que ele presta a todas as paróquias e comunidades ele merece o nosso carinho. Somos aqui, em nosso cárcere, testemunhas mudas da força da palavra de Deus. Que essa mesma palavra anime ca da vez mais o povo de Deus que está na Diocese de Conceição do Araguaia, para que cresça esse Reino de Paz, de Justiça e de amor, e que cada família possa gozar do sossego e da fartura que Deus nosso Pai quer para todos. Que Deus os abençoe. Que Deus os abençoe. Que Nossa Senhora da Conceição, humilde mulher do povo os guarde e os ajude na lu ta pela Libertação. Um abraço fraterno de seus irmãos presos.

Aristides e Chico

Prisão de Belém, 28 de junho de 1982

SOCIEDADE BRASILEIRA AMEAÇADA

O Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, determina que esta declaração do Conselho Editorial do Jornal "O SÃO PAULO", seja lida em todas as missas celebradas nesse domingo, dia 29 de agosto de 1982. No domingo dia 22 foi distribuída, em um certo número de paróquias de São Paulo, uma edição falsificada do O São Paulo, órgão da arquidiocese. Misturando artigos já publicados em outros jornais e com matérias inteiramente forjadas - em particular uma absurda "mea culpa" de nosso Cardeal - essa operação teve como objetivo evidente confundir os fiéis e criar dúvidas e divisões dentro da Igreja. Trata-se efetivamente de uma verdadeira "operação", pelas características que assumiu a distribuição concomitante em vários pontos de São Paulo, e pelos detalhes com que foi montada a edição. O Conselho Editorial do O São Paulo considera o fato ocorrido como extremamente grave, por uma série de razões. Primeiro porque procura responder com a mentira ao engajamento da vez mais decidido de nossa Igreja na defesa de nossos irmãos injustiçados e oprimidos nas cidades e nos campos. Mentira nas relações sociais é crime. E como arma política ela está a um passo de outros tipos de terrorismo que todos os brasileiros condenam. Em segundo lugar porque as características da operação demonstram a existência de muitos recursos financeiros e logísticos na sua retaguarda. De onde está vindo esse dinheiro? Com que cumplicidades se está contando? É preciso que se apurem responsabilidades e se impeça que tais provocações se alastrem e se multipliquem, pondo em risco o pouco que se pode avançar para que todo o povo brasileiro comece a participar das decisões que interessam ao seu destino. E terceiro - e isto é para nós o mais preocupante - porque essa operação se insere numa série de outras de mesmo tipo que de uns tempos para cá vêm ocorrendo em distintos pontos de nosso País. Ela aparece como a mais ousada, numa visível escalada provocativa, numa visível escalada provocativa. Uma série de cartilhas destinadas a melhor preparar o povo para o exercício de seu direito de voto, preparadas por diferentes bispos, têm sido falsificadas. Publicações falsamente atribuídas a editoras católicas apresentam mentirosamente as posições da Igreja e difamam e ofendem seus membros. Iniciativas visando a solidariedade com os padres franceses e os posseiros condenados em Belém são retomadas de modo desvirtuado para confundir. Até mesmo um boletim periódico oficial da CNBB foi substituído, depois de expedido, por outro falso que procura gerar confusões, desconfianças e descrédito. Esse conjunto de "operações" são visivelmente articuladas entre si, não só pelo conteúdo que propalam como pelos meios técnicos, pela cobertura e pela retaguarda financeira com que contam. Qual será o próximo passo dessas forças que se escondem? Em verdade tudo é possível, quando não se têm escrúpulos e se enveredou pelo caminho do crime. Tanto a Igreja pode continuar a ser atingida como qualquer outro corpo sadio de nossa sociedade. O Conselho Editorial do O São Paulo repudia esse tipo de arma política, e sentindo-se em profunda consonância com o pastor de nossa arquidiocese, Cardeal Arns, se solidariza com ele prestando-lhe toda a sua homenagem pela sua coragem, dedicação e firmeza na luta pelos Direitos Humanos, pela Justiça e pela Fraternidade. O Conselho Editorial do "O São Paulo" comunica também que, além da solicitação de inquérito policial para apurar responsabilidades na falsificação do "O São Paulo", está tratando com a CNBB das iniciativas a tomar a nível nacional, junto ao Ministério da Justiça. Diante da articulação nacional dos criminosos que estão neste momento procurando tumultuar a vida nacional, para proteger privilégios ameaçados, se torna mais do que necessário que o problema seja tratado como um todo conjunto que ameaça a sociedade brasileira. CONSELHO EDITORIAL (O São Paulo - 27/8 a 2/9)